



## MOÇÃO SOBRE PLANTAS TRANSGÉNICAS

### ENQUADRAMENTO

Os Municípios do Alto Cávado com projectos de Agricultura Biológica em desenvolvimento, nomeadamente Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vila Verde, reafirmam o seu dever de zelar pelo bem-estar ambiental dos habitantes e pela manutenção da biodiversidade da região que abrange a primeira Área Protegida e único Parque Nacional do nosso país. Esta é uma vasta zona rica em agricultura e apicultura tradicionais, conhecida pelo seu turismo rural e de natureza, compreendendo denominações de origem protegida e produtos regionais certificados.

Estas entidades consideram ainda que:

- a) a engenharia genética de culturas agrícolas é uma aplicação tecnológica recente sobre a qual não existe perspectiva histórica nem experiência acumulada;
- b) a comunidade científica internacional mostra-se dividida quanto à inocuidade do cultivo e consumo de plantas onde se misturam genes de vírus, bactérias, animais e fungos e onde já se demonstrou em testes laboratoriais que o consumo de algumas plantas geneticamente modificadas conduz a alterações significativas do equilíbrio metabólico dos seres vivos;
- c) a inevitável contaminação que o cultivo de plantas geneticamente modificadas acarreta representa uma forma de poluição genética irreversível e definitiva, com consequências graves para o equilíbrio ecológico de ecossistemas agrícolas e naturais;
- d) as culturas geneticamente modificadas põem em causa a aposta no conceito de qualidade que se pretende imprimir à agricultura do território e a posição de princípio de manter as tradições agrícolas locais como potenciadoras de um desenvolvimento sustentável, acarretando prejuízos económicos consideráveis e, por vezes, incalculáveis;
- e) o desenvolvimento da região através de um turismo de qualidade, em combinação com o sector agrícola e pecuário, pode ser posto em causa pelo aparecimento de plantas transgénicas que prejudicam o desenvolvimento integrado e sustentável e condicionam a melhoria das condições económicas e sociais das comunidades;
- f) o cultivo destas plantas também levanta problemas legais, sociais, éticos e inter-geracionais que ainda não foram suficientemente discutidos nem resolvidos;



- g) as patentes sobre organismos vivos ou partes de organismos vivos, como genes ou sequência de genes, são um atentado contra a vida e uma apropriação indevida da herança genética do planeta, que pertence a toda a humanidade;
- h) a implantação de tecnologia de ADN recombinante para a obtenção comercial de cultivos e alimentos é uma decisão política que só pode ser tomada através de auscultação e envolvimento activo dos cidadãos e nunca determinada exclusivamente pelos interesses económicos das grandes transnacionais da engenharia genética, já que está em jogo o futuro da agricultura e da alimentação mundial.

**Nestes termos,**

**Os Municípios do Alto Cávado com projectos de Agricultura Biológica em desenvolvimento, nomeadamente Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vila Verde, e ainda a Direcção do Parque Nacional da Peneda-Gerês, reunidos nas Jornadas de Agricultura Biológica no âmbito do Projecto “Território vs Sustentabilidade” e ao abrigo do previsto do Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de Setembro,, decidem aprovar as seguintes medidas:**

1. Declarar o seu território como Zona Livre de Transgénicos;
2. Promover a adesão do Parque Natural da Baixa-Limia Serra do Xurês a esta iniciativa, com o objectivo de se declarar a primeira zona transfronteiriça livre de transgénicos;
3. Constituir uma equipa de trabalho para o desenvolvimento e acompanhamento desta iniciativa;
4. Iniciar os contactos para integrar a Rede Europeia de Regiões Livres de Transgénicos (de que já fazem parte a Aquitânia, o País de Gales, o País Basco, a Áustria Superior, a Toscana, Salzburgo e, mais recentemente, as Astúrias, entre outras);
5. Disponibilizar informação equilibrada sobre plantas transgénicas e suas implicações tanto para os consumidores como para os agricultores deste território;
6. Solicitar às autoridades competentes do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional que garantam que qualquer nova autorização europeia de plantas transgénicas no âmbito da Directiva 2001/18/CE contemple a excepção de não cultivo neste território;
7. Instar a Comissão Europeia a não aprovar novas variedades de plantas transgénicas para cultivo sem que os cidadãos portugueses e europeus se tenham pronunciado maioritariamente a favor de tal opção tecnológica.



**MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO**



**Agricultura Biológica**

Projecto Território Vs Sustentabilidade  
Financiado pela Medida 1.4 do PO Norte

Terras de Bouro, 19 de Maio de 2006

Município de Terras de Bouro

---

Município de Amares

---

Município de Póvoa de Lanhoso

---

Município de Vila Verde

---